

Agricultura familiar, campesinato e agroecologia

A experiência dos produtores do Brejal,
região serrana do estado do Rio de Janeiro, Brasil

*Canrobert Costa Neto**
*Denise Martins Bloise***

RESUMO

O presente trabalho visa a elucidar o processo de organização dos agricultores familiares de base camponesa que moram e desenvolvem suas atividades agrícolas na região conhecida como Brejal, localizada no bairro da Posse, um distrito de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro. Em termos teóricos, desenvolvemos um debate inicial no texto sobre a relação entre as noções de agricultura familiar, campesinato e agroecologia, levando em conta o debate que se faz no meio acadêmico notadamente brasileiro, como também no plano internacional. Também abordamos questões relacionadas ao processo de globalização que interfere na definição e redefinição conceitual em torno dos temas assinalados. Nossa atenção concentra-se num grupo de vinte e duas famílias que se organizaram em torno da produção agroecológica e mais especificamente nas seis famílias estabelecidas na região do Vale dos Albertos. Ao final, retomamos o questionamento que nos guia ao longo do trabalho. Até que ponto os agricultores orgânicos pesquisados podem ser considerados agroecológicos ou camponeses? A fase histórica de globalização capitalista não os teria transformado em agricultores familiares orgânicos voltados inteiramente a atividades mercadológicas de cunho empresarial?

PALABRAS CLAVE: globalização no campo, agricultura orgânica e agricultura familiar.

RESUMEN

Este trabajo busca dilucidar el proceso de organización de los agricultores familiares de base campesina en la región conocida como Brejal, en el barrio de Posse, distrito de Petrópolis, en Río de Janeiro. En términos teóricos, a partir del discurso académico local e internacional, el debate inicial se centra en las nociones de agricultura familiar, campesinado y agroecología, y su relación con los procesos de globalización. La investigación se centra en un grupo de seis

* Professor do Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, CPDA/UFRJ.

** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, EICOS/IP/UFRJ.

familias organizadas en torno a la producción agroecológica. Las preguntas que guían el desarrollo del trabajo son: ¿en qué medida los campesinos entrevistados pueden ser considerados agricultores orgánicos o agroecológicos?, ¿la globalización capitalista, en algún momento, los llevaría a transformarse en agricultores familiares orgánicos con actividades de mercado empresarial?

PALABRAS CLAVE: globalización, campesinado, agricultura orgánica, agricultura familiar.

ABSTRACT

This paper seeks to elucidate the process of organizing campesinos (farmers) based in the region of Brejal, in the neighborhood of Posse, district of Petrópolis, Rio de Janeiro. In theoretical terms, from the local and international academic discourses, the initial discussion focuses on the notions of family agriculture, campesinos and agro-ecology, and their relations to the processes of globalization. The research focuses on a group of six families organized around agro-ecological production. The questions that guide the development of the work are: to what extent can the campesinos interviewed be considered organic or agro-ecological farmers? Is capitalist globalization, at some point, leading them to become organic family farmers engaging in market-based business activities?

KEY WORDS: campesinado (farm society), alternative economies, territoriality.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa a caracterizar os agricultores de base familiar que desenvolvem suas atividades agrícolas na área conhecida como Brejal, localizada no bairro da Posse, um distrito de Petrópolis, na região serrana do Estado do Rio de Janeiro. Nossa atenção estará focada num grupo de vinte e duas famílias que se organizaram em torno da produção agroecológica e mais especificamente nas seis famílias estabelecidas na região do Vale dos Albertos.

Procuramos fazer um levantamento dos traços socioecológicos característicos desses agricultores, levando em conta as perspectivas teóricas trabalhadas ao longo do curso. Quem são esses agricultores do Brejal? Como vivem e reproduzem materialmente a sua existência? São eles agricultores familiares de base camponesa?¹

¹ A noção de agricultura familiar, neste caso, estaria contida na definição de campesinado. Quando a agricultura familiar não possui características camponesas é porque ela passou por um amplo processo de descampesinização, social e tecnológica (Costa, 2010; Costa, 2007).

Ou são agricultores familiares de base empresarial, característicos de pequenas empresas familiares?

Fizemos um levantamento da história desses agricultores, investigando como e por que começaram a produzir e se organizar. Examinamos as mudanças ocorridas ao longo do tempo, traçando um fio condutor até os dias de hoje. Como, no tempo presente, esse grupo de agricultores trabalha a produção e comercialização dos seus produtos? De que forma vivem essas famílias?

A intenção é responder a essas questões, caracterizando o grupo social em estudo em função das definições teóricas apresentadas. Há aspectos contraditórios entre as duas definições gerais de agricultura familiar e campesinato? Ou há uma confluência entre o que se chama de agricultura familiar e o que se nomeia campesinato?

Os agricultores familiares podem estar mais próximos do capital, apresentando uma tendência mercantil e empresarial, e ainda assim serem agricultores familiares: são as pequenas empresas familiares, a pequena agroindústria de base familiar; ou podem ser agricultores de origem e base camponesa, que possuem um modo de vida camponês. A questão da agricultura familiar transcende ao campesinato. É o que pretendemos discutir ao apresentar os traços e características dos agricultores do Brejal.

A GLOBALIZAÇÃO NO CAMPO

A globalização do mundo expressa em todos os setores da vida, é um fato inquestionável. As questões surgem quando começam as análises sobre suas origens, seu processamento e seus efeitos nos espaços rural e urbano. São divergências que envolvem concepções políticas e ideológicas, próprias de visões de mundo diferentes e contraditórias. Podemos corroborar o pensamento de Octavio Ianni (2004) quando este afirma que a sociedade global emerge como uma totalidade abrangente, complexa e contraditória, e que a dinâmica das continuidades faz brotar possibilidades inusitadas, provocando rupturas. Essa realidade desconhecida desafia o *establishment*, trazendo a necessidade de reformular noções, definições e conceitos. Com a desconstrução das hegemonias erigidas durante a guerra fria, fragmenta-se o mundo bipolarizado e vêm à tona novos polos de poder.

O capitalismo se universaliza, diz Ianni (2004), como modo de produção e processo civilizatório. O surgimento de novas tecnologias, criação de produtos, recriação da divisão internacional do trabalho e mundialização dos mercados fornece novo impulso ao modo capitalista de produção. As forças produtivas básicas –capital, tecnologia e força de trabalho– ao lado da nova divisão transnacional do trabalho, atravessam os limites geográficos, históricos e culturais intensificando as articulações e consequentemente as contradições. Uma vez que este processo se dá sincronicamente em âmbito civilizatório, ele “desafia, rompe, subordina, mutila, destrói ou recria outras formas sociais de vida e trabalho” (Ianni, 2004:13).

Essa nova divisão transnacional do trabalho compreende a reorganização das empresas pelo mundo todo, possibilitando a formação dos conglomerados e das *corporations*. O fordismo é substituído por um padrão de organização do trabalho e da produção mais flexível –o mundo da globalização pede capacidade de inovação, produtividade, competitividade. Trabalhadores de categorias e especialidades diversas se combinam formando o que Ianni (2004) chama de trabalhador coletivo desterritorializado. Ianni afirma que a tecnificação desterritorializa coisas, gentes e idéias.² Para ele, o que acontece é que as forças produtivas e as corporações, sustentáculos das relações capitalistas de produção, ao espalharem-se pelo mundo, reterritorializam-se em lugares diferentes dos originários.

As cidades globais que emergem provocam um certo recuo dos estados-nação, pois da mesma forma que o estado-nação impõe limites e traça regras aos espaços da cidadania, as estruturas globais de poder impõem limites e traçam regras aos espaços da

²No caso do campesinato, de acordo com Van der Ploeg (2008) os processos de (des-re)campesinização não significam, necessariamente, a ocorrência concomitante de processos de (des-re)territorialização. A des-territorialização estaria mais relacionada ao abandono ou deslocamento definitivo do espaço rural territorializado pelos camponeses. A descampesinização poderia ocorrer no caso da transformação da unidade rural em unidade empresarial ou capitalista, com a manutenção do espaço rural da unidade, porém com outra lógica administrativa e produtiva, não envolvendo o trabalho agrícola “direto”, mas sim gerencial, com mão de obra contratada ou terceirizada.

soberania nacional. Os acordos e conflitos entre essas questões de nacionalismo, regionalismo e globalismo e a ação dos grandes conglomerados transnacionais articulam e preparam a globalização por cima, de acordo com o movimento dos interesses que expressam, representam ou simbolizam, desenhando cartografias do mundo as mais variadas possíveis, sempre de acordo com suas políticas de produção e comercialização, tencionando manter e conquistar mercados, induzir decisões governamentais, e estabelecendo alianças estratégicas e formando redes de comunicação.³

Após o término da Segunda Guerra Mundial e de forma mais intensa após a Guerra Fria, o capital torna-se universal, subsumindo moedas, reservas cambiais, dívidas internas e externas, taxas de câmbio, cartões de crédito, trazendo à tona uma moeda quase global. Essas ações são orquestradas em grande parte pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD) e pelo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), substituído em 1995 pela Organização Mundial de Comércio (OMC), tendo o apoio logístico da mídia, dos *lobbings* e *marketings*.

A globalização, ao estimular a falsa nova consciência de que todos habitam o planeta Terra, cria desafios teóricos, o que origina a contradição entre a sociedade e a natureza é a forma autodestrutiva de uso e apropriação da força de trabalho, do espaço e do ambiente. O mercado global provoca uma ilusão de que tudo tende a assemelhar-se e harmonizar-se. A globalização nada tem a ver com homogeneização, no sentido de tornar todos iguais. As mesmas forças que fabricam convergências e integrações criam também diversidades e fragmentações. É uma relação dialética.

Como tudo isso se reflete no mundo rural? De acordo com Ianni (2004), todas essas transformações provocam uma “crescente e generalizada transformação das condições de vida e trabalho no

³ Em relação às redes de comunicação, pode-se utilizar a noção de território-rede. Raffestin (1993:148-149) afirma que “1. Toda superfície é passível de ser ‘tecida em malhas’; 2. Esse sistema de malhas não é único; 3. Pode-se estabelecer ao menos um caminho entre dois pontos dessa superfície; 4. Esse caminho não é único; 5. Entre três pontos dessa superfície pode-se estabelecer ao menos uma rede”. Para Haesbaert (2007:58), “Raffestin defende a idéia da rede como uma das ‘invariáveis’ constituintes do território, juntamente com os nós ou pólos e as malhas (ou tecidos). O que varia na verdade é a composição entre esses três elementos ao longo da história”.

mundo rural". Afirma ele textualmente que o mundo agrário está sendo dissolvido pela globalização do capitalismo, a contradição campo-cidade está diminuindo ou sendo suplantada e o "mundo agrário deixa de ser um motor decisivo da história". Para Ianni (2004), o campo foi absorvido pela cidade, que, com seu modo urbano de viver e com a cultura do capitalismo, invadiram o campo e o recriaram, dando-lhe outros significados. O que permanece é apenas o que ele chama de sentimento bucólico, nostalgia da natureza.

Não podemos, porém, concordar integralmente com o pensamento de Ianni (2004). A globalização chegou ao campo? Sim, chegou, é fato. Provocou mudanças? Sim, provocou, inevitavelmente. Mas o mundo agrário não se dissolveu, a ruptura campo-cidade não se deu de forma definitiva. A contradição não acaba, ela muda, transforma-se, mas o mundo agrário permanece. Esse sentimento nostálgico até existe em uma classe média que busca o campo para fugir da vida atribulada da cidade, mas não são pessoas que vivem da terra. A realidade do agricultor, do camponês que retira sua subsistência da terra é outra bem diferente (cf. Bartra, 2009; Sevilla e González de Molina, 1991; Toledo, 1991; Alier, 1991; Costa, 2004, 2007, 2009, 2010).

A sustentabilidade da existência rural é inversamente proporcional à rentabilidade de curto prazo, típica do avanço capitalista no campo. Para haver sustentabilidade, o capital não pode ser rentável a curto prazo, o que gera um paradoxo, um impasse. A vida camponesa não produz nem se reproduz de forma idêntica ao capital, apenas seus produtos se tornam mercadoria e seu trabalho concreto tem um peso na precipitação dessa mercadoria. Estamos diante da subordinação formal do trabalho camponês ao capital, trabalho esse que, no entanto, não é capitalista desde o cultivo até a colheita. Essa periferia "pré-capitalista" é um armazém de recursos naturais para Bartra (2009). Neste sentido, existe uma incapacidade do absolutismo mercantil em regular a produção dessa periferia, o absolutismo mercantil não se impõe a essa periferia, convive com ela. Bartra (2009) é enfático ao afirmar que os recursos naturais não são mercadoria, a não ser que se pague um preço muito alto, em termos de sua própria destruição.

Como o capital não consegue se apropriar completamente do mundo rural, que é diverso e heterogêneo por natureza, ele utiliza uma estratégia: a de fazer da vida camponesa sua mediadora para

obter ganhos com os recursos naturais. Na relação entre mercadoria e recursos naturais, a sustentabilidade fica muito prejudicada, pois os recursos naturais serão dilapidados em função da necessidade do capital de transformá-los em mercadoria. Costa Neto (2009) utiliza a expressão *mercadorização*, se comparada ao mercantilismo das sociedades pré-capitalistas. A reprodução social do campesinato depende, segundo González de Molina e Sevilla (1991), de uma racionalidade ecológica, que é inerente à vida camponesa, mas não ao capital. Toledo (1991) sinaliza que o rural camponês ainda existe, resiste tendo o controle sobre o processo de produção, reforçando seu caráter ecológico. Alier (1991) critica a agricultura moderna, que é contaminadora do meio ambiente e reducionista da ecologia, argumenta que os camponeses lidam com os recursos naturais para além do mercado, fazendo colocações semelhantes às de Toledo (1991), quando este fala da racionalidade ecológica.

Voltando às argumentações de Ianni (2004) de que o mundo urbano invadiu o campo, recriando-o com outros significados, é preciso enfatizar que tal abordagem é análogo ao discurso desenvolvimentista, progressista, do capital. Tomemos as palavras de González de Molina e Sevilla (1991) ao afirmarem que as teorias da modernização, o conceito do campesinato como um resíduo, a visão da tecnificação e da mecanização no campo como algo superior e todas as definições do gênero são construções teóricas elaboradas com um propósito muito claro, qual seja servir ao capital e à sua saga desenvolvimentista.

AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPESINATO

Os conceitos de agricultura familiar e campesinato estão diretamente ligados a visões de mundo sócioeconômicas e políticas, à construção de um projeto de sociedade e à concepção que se tem da relação homem / natureza.

Autores como José Graziano (1980), Sergio Gómez (2001, 2008), Flavio Sacco dos Anjos (2001), Maria José Carneiro (1999), Sérgio Schneider (2006) e Ricardo Abramovay (2007), guardadas as devidas proporções e intensidades de aproximação teórica, corroboram com as idéias de Ianni (2004) no tocante à dissolução do mundo agrário.

A noção de “Nova” Ruralidade ou “Novo” Rural, surgida em fins do século XX, começou a ser adotada há mais ou menos uma década. É um conceito muito importante para organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial e outros do gênero, exatamente porque vai servir aos seus propósitos desenvolvimentistas e progressistas, sendo um suporte teórico para suas ações. Mas como definir essa “Nova” Ruralidade? Ianni (2004) diz que ela se estabelece quando a terra deixa de ser fonte de poder e matriz das forças sociais. O capitalismo revoluciona o mundo agrário, ocorre uma substituição parcial ou total das matérias-primas de origem agropecuária para outras de origem química, o número de trabalhadores rurais sofre uma redução drástica e entra em curso uma progressiva urbanização do mundo agrário. Gómez (2008) acrescenta que a agropecuária passa a basear-se em *commodities*, ligando-se à agroindústria. E a Pluriatividade?⁴ São as atividades ligadas ao lar (fabricação de conservas, móveis...) e à prestação de serviços (turismo rural, agroturismo...), atividades que, anteriormente direcionadas para o consumo da família, passam a ser vendidas. A pluriatividade se amplia para atividades fora da propriedade e do espaço rural.

A “Nova” Ruralidade, aponta Costa Neto (2009), está no vértice de um triângulo em cuja base se encontram a pluriatividade e a agricultura familiar. Esta possui uma caracterização que depende desse conceito de “nova” ruralidade. A “antiga” ruralidade, que é de base camponesa, se contrapõe à “nova” ruralidade, de base empresarial. A unidade de produção familiar é uma linguagem comum tanto à “nova” quanto à “antiga” ruralidade. No final dos anos oitenta, no Brasil, emerge no campo o conceito de Agricultor Familiar, fruto da definição de “Nova” Ruralidade. O agricultor não é mais chamado de camponês, mas de agricultor familiar, só

⁴ Para Van Der Ploeg (2008:50), “vários observadores fizeram sistematicamente interpretações erradas acerca dos fenômenos da pluriatividade e da mão de obra migrante. Eles os analisam como se fosse apenas mais uma fase (provavelmente definitiva) do desaparecimento do campesinato. Contudo, se esses observadores conseguissem olhar além das imediações de tempo e lugar, eles constatariam que os migrantes retornam à casa com rendimentos, que usam precisamente para investir em uma unidade agrícola renovada e reforçada”.

que para a “nova ruralidade” esse agricultor é cada vez menos agricultor. Ele é muito mais uma pessoa que vive no campo, em função de diversas tarefas, que são cada vez menos agrícolas.

O que define o “Novo” Rural é a explosão da Pluriatividade, cada vez menos agrícola. O trabalhador/agricultor tira cada vez menos seu sustento do campo, muitas vezes até em atividades fora do campo, a geração de renda se dá muito mais fora da propriedade, apontando um forte vínculo com os mercados. Esse rural é novo porque é menos rural do que era antes. É o Projeto “Rurbano” gestado por José Graziano (1980) na Universidade Estadual de Campinas, que aborda o aparecimento de uma nova geografia no campo brasileiro. No Quadro 1 podemos perceber diferenciações básicas entre a Agricultura Familiar de Base Camponesa e a Agricultura Familiar de Base Empresarial.

Essas propriedades agrícolas, dependendo do grau de “rurbanização” e de pluriatividade, desarticulada com a produção, são cada vez menos agrícolas. O “Novo” Rural, segundo Gómez (2001, 2008) não é tão novo assim, apenas tinha suas atividades, que sempre existiram, mas eram voltadas para o autoconsumo. Hoje, no entanto, eles já passam a direcionar-se para o mercado. Esse “novo” rural é bem caracterizado por essa renda complementar em relação à atividade agrícola, decorrente da pluriatividade, que muitas vezes se torna maior do que a própria produção agrícola. O “antigo” rural, identificado por essa corrente como o campesinato, é caracterizado como o rural da estagnação econômica. O conceito de desenvolvimento associado à noção de progresso mudou a vida no campo, influenciando decisivamente ou incisivamente a questão do “Novo” Rural e da Pluriatividade. Fazemos uma correlação aqui com o pensamento do agricultor, microbiólogo e pesquisador japonês Masanobu Fukuoka (2008), que questionava essa visão desenvolvimentista e economicista. Ele se perguntava se a felicidade crescia na mesma proporção do crescimento econômico. O engenheiro agrônomo, químico e ambientalista gaúcho de renome internacional José Lutzenberger (1978, 1985) também questionava veementemente essa noção de progresso.

A concepção que se tem sobre o alcance do rural apresenta importantes conseqüências na hora de definir políticas públicas, afirma Gómez (2001). O novo rural enseja políticas públicas voltadas ao desenvolvimento, pois segundo essa posição o setor

QUADRO 1
Comparação de Tipos de Agriculturas Familiares

Diferenças	Agricultura familiar de base camponesa	Agricultura familiar empresarial
Geração de renda	Obtida principalmente e basicamente da agricultura, dentro da propriedade, mas também de atividades pluriativas articuladas com a produção.	(pequena empresa tocando o rural) Feita mais fora do que dentro da unidade de produção. Seu sustento e o da família é retirado mais de atividades não agrícolas, dentro e fora da propriedade, até mesmo fora do próprio rural.
Vínculo com os mercados	O vínculo com o mercado depende do "grau de campesinidade"* de cada unidade familiar de produção.	A relação, o vínculo é mercantil.
Técnicas utilizadas na agricultura	Base técnica de características ecológicas, respeito aos limites bióticos dos agroecossistemas, em seus processos de artificialização da agricultura.	Características da média produção, mais elaboradas e evolutivas. Maquinário, tecnificação, mecanização. Utilizam menos o trabalho familiar na atividade agrícola. Essas técnicas fazem com que os processos de agregação de valor, de transformação possibilitem a essas empresas familiares, pequenas em relação ao espaço rural, participarem de cadeias produtivas maiores, que no caso brasileiro se vinculam ao agronegócio – são agricultores familiares modernos, tecnificados, capitalizados.

* É possível falar de "campesinidade" ou grau de "campesinidade" em termos dos grupos sociais de produtores. Autores como Sevilla Guzman e Gonzáles De Molina (2005:81) e Carvalho (2005:195-196) sugerem que a produção camponesa se caracteriza por um alto grau de auto-suficiência, predomínio do trabalho da família com mínimo uso de insumos externos (força animal e humana mais que combustíveis fósseis como fontes de energia); produção combinada de valores de uso e mercadorias (nesse caso, sem orientação ao lucro e sim à reprodução da unidade doméstica); busca continuada de acesso, sob diversas formas de apropriação da natureza, aos recursos naturais.

rural precisa ser modernizado ou transformado em resíduo frente ao urbano. A dicotomia gerada –mundo rural atrasado x mundo urbano do progresso– é que está na construção social dos formuladores de políticas de origem privada internacional em conjunto com os governos para retirar o rural do atraso. Essa noção de rural tradicional não dava conta dos efeitos da globalização no mundo rural.

O rural tradicional não desapareceu: transformou-se, embora para o “novo” rural ele tenha praticamente acabado. Essa visão do “novo” rural possui um viés segregacionista, na verdade, apesar de se mostrar como abrangente. O novo rural elimina o camponês, ao desvinculá-lo das atividades produtivas. Flavio Sacco dos Anjos (2001) chama a Pluriatividade também de Agricultura a Tempo Parcial. Ele, assim como Sergio Gómez (2001, 2008) e Maria José Carneiro (1999) relacionam pluriatividade a práticas de atividades não agrícolas. A atividade agrícola seria uma monoatividade produtiva. A contradição que observamos em Sacco dos Anjos (2001) é que ele paradoxalmente se utiliza do termo Agricultura Familiar Pluriativa. O rural hoje não se esgota no rural. Com a noção de território ampliado, melhor seria falar em mundos rurais. Carneiro (1999) faz uma crítica ao Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), por este conter uma política restritiva.⁵ Schneider (2006) levanta uma questão que a seu ver é contraditória: o fato de se falar em agricultura familiar, uma vez que o agricultor perdeu predominância. Será mesmo? Ele fala em agricultor produtor e agricultor gestor.

Em posição oposta às interpretações acima, Fernandes (mímeo) assinala a presença de uma “agricultura camponesa estabelecida ou que se estabelece por meio de ocupações de terra e implantação de assentamentos rurais, resultantes de políticas de reforma agrária, promovem conflitos e desenvolvimento”. Fernandes contrapõe esta agricultura camponesa à “agricultura capitalista”, que segundo ele “na nova denominação de agronegócio, se territorializa, expropriando o campesinato, promovendo conflito e desenvolvimento”. Em

⁵ A crítica de Carneiro ao Pronaf tem a ver com o suposto caráter de incentivo ao “produtivismo” por parte desta política pública e não pelo “desenvolvimentismo” ou “progressismo” da mesma.

outra passagem do texto aqui analisado, Fernandes considera a “separação entre camponeses e agricultores familiares” “dicotômica e redundante”, pois os camponeses se comportariam distintamente diante dos processos de expansão capitalista. “Os camponeses que contribuíram para o desenvolvimento socioeconômico de uma região não tiveram, necessariamente, seus comportamentos transformados [...] O modo de vida camponês não foi substituído por um determinado comportamento ‘moderno’ derivado das práticas mercantis”.

Fernandes, portanto, estabelece uma distinção entre agricultura camponesa e agronegócio capitalista, questionando a existência de uma agricultura familiar nem camponesa, nem capitalista.

Um terceiro posicionamento a respeito da questão pode ser encontrado em Costa Neto (2007) e Van der Ploeg (2008) que apontam para a existência de três tipos de agricultura concomitantes e/ou concorrentes: a Agricultura Familiar Camponesa, a Agricultura Familiar Empresarial e a Agricultura Capitalista. Vejamos seus argumentos.

Costa Neto (2007) parte da crítica do posicionamento teórico de Ricardo Abramovay, um dos “ideólogos” da concepção do desaparecimento da agricultura camponesa e do despontar da agricultura familiar capitalista, tecnificada, como uma opção “progressista” diante da inexorabilidade do desenvolvimento do capitalismo agrário, como já ocorrera historicamente nos EUA.

Pela leitura de Costa Neto (2007), Abramovay (1992) sustentaria que a Unidade de Produção Familiar Camponesa não é funcional ao capitalismo em termos socioeconômicos, pois a capacidade de sobrevivência das sociedades camponesas em espaços capitalistas é extremamente precária. Por esta argumentação, o desenvolvimento capitalista mina as bases do campesinato, já que ocorreria um conflito entre racionalidade fundamentalmente econômica (capitalista) e modo de vida camponês. A linha de raciocínio seguida considera que as sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico mercantil e os mecanismos de preço se confrontam com o caráter camponês de organização social.

Devido à natureza incompleta da racionalidade econômica em sociedades camponesas, predominariam laços comunitários locais, vínculos de natureza personalizada e relações de caráter extra-econômico.

Assim sendo, o ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social. É o paradoxo do sistema econômico (capitalista): aniquila irremediavelmente a produção camponesa e, ao mesmo tempo, ergue a agricultura familiar como sua principal base social de desenvolvimento.

A partir dessas considerações teóricas sobre o papel do campesinato na agricultura capitalista contemporânea, Abramovay (1992) passa a centrar seu enfoque na chamada agricultura familiar, que teria características de funcionalidade em relação ao capitalismo em termos socioeconômicos.

Para a corrente teórica representada pelo autor em questão, a agricultura familiar profissional baseia-se no progresso técnico, promovendo assim o desenvolvimento do capitalismo na agricultura contemporânea. Historicamente, o agricultor familiar superaria a “infinita capacidade de sofrer” do campesinato tradicional frente às imposições mercadológicas do capitalismo.

A pequena produção camponesa seria, para esta corrente interpretativa, um obstáculo a remover pelo capital e não um setor cujas diferenças acabariam por integrar-se. A agricultura familiar, ao contrário, estabeleceria uma nova funcionalidade em relação ao capital.

Trata-se de designar a agricultura familiar tecnificada capitalizada, como um setor social do campo funcional ao capitalismo em termos socioeconômicos. Tal concepção teórica parte do pressuposto, a ser verificado empiricamente, que o agricultor transforma em ganho virtual, futuro, através da ampliação e/ou tecnificação de seu patrimônio rural, aquilo que a regulação estatal dos preços lhe anuncia como perdas presentes – ao menos em relação a outros setores econômicos.

A questão que o autor se coloca é a seguinte: para onde vai o resultado dessa conduta econômica (do agricultor familiar) que consiste em substituir o ganho presente pela valorização patrimonial, em virtude dos próprios mecanismos de obtenção do progresso técnico?

Esta linha interpretativa considera que o mecanismo de preços dos produtos agrícolas, economicamente regulados, permite uma verdadeira transferência intersetorial de renda (do produtor para o

mercado e a sociedade), da qual se beneficiariam não só os setores que lidam diretamente com a compra dos produtos agrícolas e a venda de insumos e máquinas –o mercado–, mas o conjunto do sistema econômico, pelo caminho da redução da parte do orçamento das famílias dedicada diretamente à alimentação –a sociedade.

Daí derivariam particularidades da agricultura contemporânea, tais como: produção familiar, progresso técnico permanente, safras abundantes, renda agrícola em queda (relativamente à renda nacional como um todo) e participação decrescente dos custos alimentares no orçamento dos assalariados.

Disso tudo deriva a interpretação teórica pela qual a agricultura familiar seria um segmento tecnificado e capitalizado do campo, portanto funcional ao sistema capitalista de produção. A tecnificação (utilização de maquinário mecanizado para além do uso da tração animal) seria condição de elevação patrimonial de sua terra, o que representaria um tipo de capitalização da renda futura.

O agricultor familiar se integraria ao sistema capitalista no campo pela renúncia à renda presente, imposta por uma regulação estatal de preços agrícolas desfavorável à acumulação de capital na agricultura familiar, associada à expectativa de renda futura a ser gerada pelo progresso técnico constante em suas terras, isto é, pela introdução de maquinário (a ser obtido com acesso a crédito). O que conduziria à expectativa de alcance da renda futura capitalizada, a ser obtida via transação comercial de sua propriedade, cada vez mais tecnificada pela introdução de maquinário agrícola.

Considera-se, portanto, que o que distingue a agricultura familiar não camponesa da agricultura familiar camponesa, em termos teóricos, é o nível de tecnificação (e, por conseqüência, do grau de assalariamento de mão de obra) da sua prática agrícola. Neste sentido, estaria ocorrendo, em formações sociais como a do Brasil, uma *complementaridade contraditória* entre capitalismo e agricultura familiar mercantil (camponesa e não camponesa).

A funcionalidade entre agricultura familiar e capital decorre do fato de que os agricultores familiares fornecem trabalho gratuito à sociedade, através dos baixos preços de mercado de seus produtos, da comercialização precária e da insuficiência do crédito, que provocam a interceptação e imediata transferência da renda gerada na atividade produtiva sob a forma de trabalho agrícola. Este

trabalho interceptado é transferido para a agroindústria e para a própria indústria urbana redundando em fonte de acumulação de capital nestes dois segmentos empresariais.

Há que se destacar que quanto menor a tecnificação (incorporação de maquinário e emprego da atividade assalariada) maior o submetimento do trabalho agrícola ao capital. Assim sendo, a atividade produtiva familiar camponesa é passível de maior transferência da renda obtida, pela posse e usufruto da terra, para o capital, do que a agricultura familiar tecnificada.

A desfuncionalidade a que nos referimos ocorre em função do agricultor familiar manter a propriedade formal da terra, que vai gerar a renda presente, a ser transferida para a acumulação de capital fora do âmbito da agricultura familiar. A acumulação de capital urbana e agroindustrial empresarial embute, assim, uma contradição, pois requer a preservação de setores não capitalistas, no campo, para sua reprodução ampliada.

Outra relação que se pode estabelecer entre funcionalidade e desfuncionalidade na agricultura familiar é a seguinte: podemos considerar que há uma funcionalidade entre agricultura familiar, como um todo, e capitalismo na medida em que para obter a renda futura (virtual, nos moldes referidos por Abramovay) o agricultor produz sem obter o correspondente ao custo de oportunidade de seus fatores, gerando mecanismos de transferência setorial e intersetorial.

Outra característica da funcionalidade é que o agricultor conserva o controle de suas atividades, apesar das inúmeras dificuldades com que se depara. Isto ocorre porque, além de não existirem grandes oportunidades de trabalho fora do meio rural, ele seria beneficiado pela valorização de seu patrimônio fundiário;

Também podem ser consideradas funcionais ao capital as perdas causadas pelas baixas cotações agrícolas, a serem compensadas pela virtual elevação do preço da terra, no caso dos agricultores familiares, tecnificados ou não. Ao renunciar à renda presente, ele contaria com o usufruto da renda futura (capitalizada no preço da terra) a ser gerada ao longo do tempo.

Entretanto, estas funcionalidades omitem novas desfuncionalidades. Para obter a renda futura, o agricultor familiar teria que preservar (ou ampliar, tecnificando) sua produção. Porém, ao renunciar à renda presente, interceptada e transferida a outros

setores da sociedade, como assinalamos anteriormente, o agricultor familiar, especialmente o camponês não tecnificado, tende a não permanecer com a terra, abrindo mão da virtual renda futura e da própria geração de trabalho produtivo para o capital urbano e agroindustrial.

A título de conclusão da base teórico-conceitual relativa à diversidade social no campo, pode-se dizer que o que resulta do debate acima mencionado é a noção pela qual efetivamente ocorre uma significativa diversidade entre segmentos da agricultura familiar, em face das relações que esta estabelece com os setores empresariais capitalistas agrários e urbanos. Esta diferenciação interna entre frações da agricultura familiar deve ser alvo de estudos interpretativos, visando a confirmação ou a refutação da linha teórica desenvolvida neste projeto.

Reafirmamos que, ao contrário das demais correntes teóricas apresentadas, o campesinato, sendo compreendido como parte das unidades de produção familiar, também referidas como agricultura familiar, mantém a vigência histórica, não somente em termos de sua reprodução social, como em termos socioeconômicos, mesmo em condições de predomínio das relações sociais capitalistas no campo.

No caso brasileiro, Costa Neto identifica, além da diversidade social mencionada, uma diversidade de caráter tecnológico entre as unidades de produção familiar. A partir da década de 1950 inicia-se a produção de bens de capital no Brasil. Desde então, a educação e a preparação do homem do campo para o progresso tecnológico passou a orientar o processo de industrialização da agricultura no país. Na década de 1960, introduziu-se maquinário e surgiu um novo modelo produtivo no campo.

Os agentes principais do referido processo foram universidades, órgãos de pesquisa e órgãos de extensão. Era o início da chamada modernização conservadora, associada à *revolução verde*, que se constituía na criação de pacote tecnológico de insumos, composto de sementes melhoradas, sistemas de irrigação, maquinários modernos e agrotóxicos.

Ainda no contexto da revolução verde, ampliou-se o crédito rural estatal visando a aquisição de máquinas, equipamentos e agrotóxicos, além de subsídios para instalação do parque agroindustrial no país. Assim, a agricultura tornava-se menos

dependente da terra e da força de trabalho e mais dependente da indústria de agrotóxicos, fertilizantes, corretivos do solo etc. (Caporal e Costabeber, 2004).

A extensão rural difusionista no Brasil ocorre, portanto, sob a égide do capital, via transposição do modelo norte-americano de extensão rural. O processo de comunicação difusionista baseia-se na transferência de traços culturais de áreas “civilizadas” (desenvolvidas) para outras “não civilizadas”.

Os impactos sociais do desenvolvimentismo difusionista logo puderam ser sentidos: migração de pequenos agricultores excluídos pela introdução de pacotes tecnológicos, êxodo rural, concentração fundiária. Os impactos ambientais também podem ser percebidos. São eles, a disseminação de pacotes tecnológicos, via agrotóxicos, a degradação dos solos, a contaminação dos recursos hídricos, a entrofização de rios e lagos, a disseminação de pragas e doenças, a destruição de habitats naturais, etc.

A partir do “relatório Brundtland”, responsável pela publicação da ONU, em 1987, chamada “Nosso Futuro Comum”, as noções associadas de Desenvolvimento, Modernização e Extensão Rural, passaram a ter como eixo paradigmático a relação entre crescimento e desenvolvimento econômicos sob limites impostos pela natureza, a releitura da revolução verde, a criação de um padrão de desenvolvimento dominante, através da introdução de novas tecnologias “menos agressivas” ao meio ambiente.

Todo este novo ordenamento exigiu a legitimação por órgãos oficiais de pesquisa dos países envolvidos. Este processo de legitimação incluiu as normas ISO 14000-Gestão Ambiental- passando a promover a fiscalização do manejo ambiental de empresas.

Foi criado o “selo verde”, visando produzir agregação de valor simbólico e econômico ao produto empresarial. Também constatou-se a adaptação ao discurso do paradigma da sustentabilidade e o princípio da intensificação verde, colocando a biotecnologia no centro da agricultura. Estava constituída então a “Revolução duplamente verde” A terceira e última corrente paradigmática que analisaremos encontra-se em construção. Baseia-se, a nosso ver, nos seguintes pilares constitutivos: Desenvolvimento Rural Sustentável; Modernização Alternativa; Paradigma de Extensão Rural Ecosocial Agroecológico.

Esta corrente em construção possui duas vertentes de conhecimento e intervenção complementares: culturalista e ecossocialista. A culturalista critica o modelo de desenvolvimento atual e tende a atribuir à ciência e cultura modernas a responsabilidade pela crise ambiental internacional.

A corrente ecossocialista centra o discurso na economia política, com críticas ao mercado capitalista pela incapacidade estrutural de lidar com os problemas sociais, ambientais e econômicos. E propõe mudanças no sistema de orientações econômicas em nível mundial.

As principais orientações do paradigma ecossocial agroecológico são: a construção de contextos de sustentabilidade compatíveis com a realidade dos agricultores e a compreensão do papel exercido pelo agricultor familiar.

Essa corrente considera que a agricultura familiar camponesa possui uma dupla Condição: socioeconômica e cultural. É a um só tempo uma unidade de produção/consumo e de reprodução, via lógica combinada de valores culturais e produção de mercadorias. Neste sentido, a agricultura familiar mercantil e de subsistência difere da lógica da agricultura empresarial capitalista.

O paradigma ecossocial agroecológico adota o enfoque holístico e inter/transdisciplinar, revelando a importância dos atores envolvidos no processo de extensão, e impulsionando a quebra da hierarquia entre extensionista e agricultor familiar.

O paradigma em questão destaca a relevância do conhecimento tradicional dos agricultores, mas não recusa o desenvolvimento técnico e o conhecimento científico, exigindo a reflexão crítica local sobre o emprego de tecnologias na agricultura familiar. Realça também o contínuo processo de construção e expansão de saberes no campo, envolvendo a dimensão científica e a de conhecimento local.

A seguir, apresentamos hipóteses de trabalho para atividades de pesquisa-ação que levem em conta a noção de diversidade social e tecnológica em unidades de produção familiar (Costa, 2007), válidas para o caso brasileiro.

1. Existe diversidade social e tecnológica entre unidades de produção familiar em projetos de assentamento rural e em áreas de agricultura familiar.

2. A diversidade social é determinada pela ocorrência de diferentes formas de organização para a reprodução social e a atividade produtiva: 2.1) Agricultores familiares não camponeses, que produzem com algum tipo de maquinário (tecnificação) e assalariamento de mão de obra; que são capitalizados, retendo parcela significativa da renda presente, gerada pelo controle fundiário da propriedade, tendo acesso a crédito privado; que são mercantis e comercializam grande parte de sua produção; que geram renda virtual, capitalizada pelo preço futuro da propriedade a ser beneficiada pelo uso contínuo de tecnificação sobre a terra. 2.2) Agricultores familiares camponeses, que produzem manualmente ou com tração animal, sem utilizar-se de tecnificação maquinária; descapitalizados, por não reterem nenhuma parcela da renda gerada pelo controle fundiário da terra ou por não possuírem controle fundiário sobre a terra em uso, pela não regularização dos lotes em que vivem e trabalham; que não têm acesso a crédito financeiro privado; que são mercantis e comercializam alguma parte de sua produção; que não são mercantis e produzem para a subsistência alimentar; que geram renda virtual, incluída no preço futuro da terra em que vivem e trabalham (quando são proprietários regularizados, com garantia dos termos de posse); que não geram renda virtual futura para si mesmos, por não terem garantia dos termos de posse da terra onde vivem e trabalham.
3. A diversidade social entre agricultores familiares não camponeses e agricultores familiares camponeses pode ser estabelecida a partir de determinados parâmetros tais como: graus de agregação em torno do núcleo sociocultural/produtivo familiar; graus de cooperação no trabalho; graus de dependência frente aos preços dos produtos comercializáveis; graus de expectativa frente à renda capitalizada virtual, gerada pela regularização da terra e valorização fundiária futura da mesma, decorrente de benfeitorias realizadas de forma tecnificada ou não.
4. A diversidade tecnológica entre agricultores familiares não camponeses e agricultores familiares camponeses pode ser estabelecida a partir de determinados parâmetros, tais como: graus de relevância para a utilização do conhecimento sociocultural/produtivo local (inerente a cada unidade familiar de produção); graus de homogeneização e heterogeneização das práticas

- produtivas como fonte de renda mercantil ou subsistência alimentar; graus de monocultivo ou multicultivo da produção; graus de acesso a novas tecnologias produtivas mediados por necessidades locais ou imposições mercadológicas; graus de investimento econômico em determinados tipos de pacotes tecnológicos em função de expectativas de renda presente e futura, via mercantilização dos produtos e/ou capitalização virtual do preço da propriedade fundiária.
5. Podem ocorrer pelo menos três tipos de desenvolvimento social produtivo em áreas de agricultura familiar: o desenvolvimento rural convencional, com base em tecnologias da revolução verde e da modernização conservadora; o desenvolvimento rural sustentável *ecotecnocrático*, com base em tecnologias da “revolução duplamente verde” e da modernização conservadora; desenvolvimento rural sustentável agroecológico, com base em tecnologias *ecosociais*, da modernização alternativa.
 6. Existe tendência a ocorrer uma transição produtiva social ecológica em áreas nas quais houver predomínio de unidades de produção familiar com ênfase na agricultura familiar camponesa e suas respectivas manifestações sociais e tecnológicas, tais como: maior agregação em torno do núcleo sociocultural/produtivo familiar; elevado grau de cooperação no trabalho; menor dependência frente aos preços dos produtos comercializáveis; baixa expectativa frente a obtenção de renda fundiária capitalizada virtual futura; maior relevância para a utilização do conhecimento sociocultural/produtivo local; maior heterogeneização das práticas produtivas como fonte de renda mercantil e/ou subsistência alimentar; maior grau de multicultivo da produção; maior acesso a novas tecnologias produtivas relacionadas a necessidades locais; menor capacidade de investimentos em pacotes tecnológicos da revolução verde e da revolução “duplamente verde”.

Van der Poeg (2008:133), por sua vez, tratando das diversidades social e tecnológica em unidades de produção familiar e da relação entre agricultura camponesa e empresarial, afirma que o modo camponês de fazer agricultura reside na condição camponesa e é reproduzido por ela, também o modo empresarial de fazer agricultura pressupõe um conjunto de específico de condições das quais emergem e que lhes permitem se desenvolver cada vez

mais. Para ele “a diferença entre as duas condições acaba sendo estratégica na era da globalização e da liberalização”.

O autor destaca que a diferença básica entre o modo camponês e o modo empresarial de fazer agricultura reside no grau de autonomia inerente à base de recursos. Neste sentido, para ele, “o modo camponês e o modo empresarial de fazer agricultura não representam uma seqüência nesta área”. Ao contrário, diz ele, “eles coexistem lado a lado, o que permite uma análise comparativa”.

A seguir Van der Ploeg promove uma síntese das diferenças entre os respectivos modos de fazer agricultura. Para ele, o modo camponês se caracteriza por estar baseado na internalização da natureza; a co-produção e a co-evolução são centrais; verifica-se um distanciamento de mercados de insumos; ocorre diferenciação nos produtos (grau de mercantilização reduzido); centralidade da perícia artesanal e tecnologias baseadas em habilidades; intensificação continuada baseada na quantidade e na qualidade do trabalho; é multifuncional; proporciona a continuidade entre passado, presente e futuro; e gera aumento da riqueza social.

Em contrapartida, a agricultura empresarial destaca-se por estar desconectada com a natureza; a agricultura é “artificializada”; possui elevada dependência de mercados; grau de mercantilização elevado; centralidade do empreendedorismo e das tecnologias mecânicas; a trajetória do desenvolvimento dominante é o aumento em escala; a intensidade é adquirida e é uma função da tecnologia; é especializada; provoca criação de rupturas entre presente, passado e futuro; promove a contenção e redistribuição da riqueza social.

Van der Ploeg (2008:53) afirma também que “não existe uma demarcação bem definida para distinguir de forma definitiva ‘preto no branco’, o camponês do empresário agrícola”, mas pondera que “é possível identificar *graus de campesinidade* nessas zonas cinzentas [...] esses graus caracterizam arenas onde ocorrem flutuações importantes ao longo do tempo relacionadas com a descampesinização e a recampesinização”.

Neste sentido, ele identifica três interfaces: na primeira, a zona cinzenta que liga e distingue o camponês do não-camponês; a segunda está situada na interseção entre os tipos de agricultura empresarial e camponesa, na qual “os camponeses podem tornar-se empresários, mas a trajetória oposta também pode ocorrer. Neste

caso, pode-se falar de um processo de ‘recampesinização’ (Van der Ploeg, 2008:54); a terceira arena corresponde “à zona fronteira complexa entre agricultura capitalista e agricultura camponesa, a qual, em tempos passados, constituiu o foco no estudo centrado no “dualismo” na agricultura” (Van der Ploeg, 2008:55).

Van der Ploeg conclui observando que o estudo do campesinato “é uma pesquisa sobre as diferenças graduais e as tendências diferenciais de desenvolvimento” e que isto se aplicaria tanto ao mundo “desenvolvido” como ao “não desenvolvido”.

Dessa forma, consideramos que as abordagens de Costa Neto e Van der Ploeg se diferenciam tanto das argumentações em prol da perda de referências e substância da agricultura camponesa frente à pujança da agricultura familiar empresarial, que viria a deslocar o campesinato ou mesmo sucedê-lo historicamente, no processo de desenvolvimento do capitalismo agrário com a integração e *completude* dos mercados –expressa nos postulados de Abramovay– quanto em relação às formulações de Fernandes.

Este, a nosso ver, ao rejeitar a distinção entre agricultura familiar camponesa e empresarial –“como diferenciar um agricultor familiar periférico de um camponês viabilizado? Ou um agricultor familiar consolidado de um camponês empobrecido?” (Fernandes, 2011:18)– recai numa espécie de *dualismo*, teórica e historicamente superados, entre campesinato e capitalismo, como dois segmentos (ou classes?) antagônicos, que disputam entre si *territórios* social e tecnologicamente aparentemente homogêneos, isto é, constituídos apenas por camponeses (os assentamentos de reforma agrária, p.ex.) ou por capitalistas, o agronegócio, em geral.

Duas passagens de Fernandes também merecem registro, a nosso ver. Uma que se refere à sua noção de *espaço interativo* nos quais “as pessoas se identificam, compreendem que tem trajetórias semelhantes: são migrantes, camponeses expropriados a anos ou décadas, desempregados do campo e da cidade, sem perspectivas de trabalho estável”.

A nosso ver nesse *espaço interativo* convivem camponeses e não camponeses. Eles estariam, de acordo com a teorização de Van der Ploeg, em vias de descampesinização ou recampeinização, dependendo das reais condições do espaço em questão, seja ele um assentamento de reforma agrária no Brasil ou um espaço social comunitário, com suas diversidades sociais e tecnológicas. Somente

a título de exemplificação, cabe notar que muitos dos assentados de reforma agrária no Brasil são agricultores monocultores de produtos tipicamente representativos da pauta do agronegócio capitalista empresarial, tais como a soja a cana e o eucalipto (muitas vezes com a utilização de sementes transgênicas), em função das pressões que os mercados exercem sobre eles. Em certos casos, seria possível flagrar unidades familiares de assentados da reforma agrária brasileira em processos de contenção e redistribuição interna da riqueza social do assentamento –procedimentos adequados à agricultura familiar empresarial, como assinalado anteriormente– via inserção em cadeias produtivas do agronegócio empresarial capitalista, distanciando-se do caráter camponês, ou seja, adquirindo contornos de descampesinização no sentido da aproximação tanto social como tecnológica (e ecológica) com o modo empresarial familiar de fazer agricultura.

Em suma, para Costa Neto, a preservação (e a luta política por ela) do modo familiar camponês de fazer agricultura justifica-se, na medida em que se percebe que se o capitalismo agrário não se consolida sem a agricultura camponesa –“produção capitalista de relações não-capitalistas de produção” (Martins, 1986, apud Fernandes, mimeo)– por outro lado, há que reconhecer, pela mesma razão, que o capitalismo agrário engendra uma questão agrária, na medida em que não pode ir além, em termos sociais e tecnológicos, em sua marcha pela hegemonia e predomínio sobre todas as atividades agrícolas, em escala planetária. Isso ocorre em função das resistências camponesas (não apenas de caráter subjetivo, mas objetivas), expressadas em suas formas particulares de estruturação social, tecnológica e ecológica, o que faz com que a “natureza incompleta da racionalidade econômica” se prolongue indefinidamente, enquanto ocorrerem relações de produção mediadas pela condição e o modo de fazer agricultura camponês e o capital não for capaz de eliminar esta desfuncionalidade.

Trata-se do binômio dialético da funcionalidade/desfuncionalidade da condição camponesa frente ao capital, em termos históricos, o que acarreta os movimentos de des-recampesinização e toda a dinâmica que ajuda a responder a pergunta de Fernandes: “um agricultor poderia voltar a ser camponês?”. A nosso ver, a resposta afirmativa a este questionamento encontra-se nas teses de Van der

Ploeg e Costa Neto, aqui abordadas e não nas argumentações de Abramovay.

Nosso objeto de estudo, neste artigo, encontra-se entre os modos camponês e empresarial de fazer agricultura. Na agricultura familiar camponesa encontramos o verdadeiro agricultor, que retira sua subsistência da terra, de atividades essencialmente agrícolas. Já na agricultura familiar empresarial encontramos o empresário agrícola, a quem Costa Neto (2009) se refere como fazendo parte do *agronegocinho*. A Revolução Verde com toda a sua tecnificação causou devastação aos camponeses do mundo, iniciando o processo de descampesinização.⁶ Qual seria a forma de se contrapor à descampesinização avassaladora da revolução verde? Esforços no sentido da agroecologização: González de Molina e Sevilla Guzmán(1991) acreditam que é a partir da agricultura que se dá a transformação; Costa Neto (2004) estabelece como pano de fundo o paradigma agroecossociológico. Eles falam em pluriatividade agrícola, que tem suas atividades outras ligadas à terra; e pluriatividade não agrícola, cujas atividades complementares descolam-se inteiramente da terra e da atividade agrícola. Esses autores compreendem o campesinato como uma forma de vida, uma categoria política, um sujeito social.

González de Molina e Sevilla Guzmán(1991) esclarecem que na economia camponesa inexistente o fator acumulação, que altera os bens em capital. O trabalhador assalariado rural continua a ser camponês mesmo sem ter a propriedade da terra. O camponês, seja proletário rural, sem-terra, assentado, ou seja, pequeno proprietário, tem controle sobre o processo produtivo. O camponês pratica o policultivo. Neste sentido, a noção de propriedade não é essencial para se caracterizar o camponês.

⁶ “O processo de descampesinização [...] tem raízes mais profundas vinculadas: por um lado, a depredação sócio-cultural sofrida pelos ‘povos sem história’ e o ‘imperialismo ecológico’ promovido pela identidade sócio-cultural ocidental [...] E, por outro lado, à idéia de natureza transmitida pela Ilustração, primeiro, e, pelo liberalismo histórico, depois, de que esta, a natureza, constitui algo separado do homem e suscetível de ser dominada por ele, podendo ser reduzida à condição de mero fator produtivo suscetível de privatização, mercantilização e cientificação”(Sevilla, 2003:22).

Bartra (2009) esclarece uma questão fundamental ao afirmar que a agricultura não apresenta as características de uniformidade e serialidade que a indústria apresenta, com suas linhas de montagem. Nas fábricas, o proletário não é dono dos meios de produção nem controla o sistema produtivo. Já na agricultura camponesa, o agricultor proprietário domina tanto os meios de produção quanto o sistema produtivo. O camponês que não é proprietário é assalariado agrícola (diarista), meeiro ou parceiro, em qualquer circunstância, e detém o saber do processo produtivo, desde o plantio até a colheita do produto agrícola, mesmo não sendo dono dos meios de produção. Muitas vezes o camponês proprietário está tão dependente do mercado, que sua terra e sua produção não se dirigem para ele mesmo, senão para o capital. É onde se dá a subordinação formal do trabalho ao capital, de acordo com González de Molina e Sevilla Guzmán (1991). E isso acontece porque, hoje, a relação do camponês com o mercado é em muitas situações pervertida pelo mercado. Bartra (2009) fala dessas perversões no campo, fruto da relação do capital com a agricultura em geral, em que predominam as técnicas e valores do mercado em larga escala. Ele nos traz a simbologia do homem de ferro, que é o homem transformado ou substituído pela máquina, trabalhador totalmente ausente das condições de manejo da atividade agrícola e das formas de organização da vida do campesinato em geral, fruto das relações pervertidas de uma agricultura terceirizada, mecanizada, tecnificada.

Costa Neto (2009, 2010) acha possível falar em sociedades camponesas nos moldes apontados por Bartra (2009) desde que se entenda que esse camponês não é estritamente rural, ele tem uma dimensão territorial rural-urbana e mesmo até rural-rural. Esse camponês tem seu domínio, seu espaço social territorializado, seu lugar de origem e de sua família. É importante ressaltar que cada unidade familiar de produção pode estar lidando com a agricultura ou a pecuária de formas diferentes, constituindo, portanto, agroecossistemas diferentes. A heterogeneidade dos agroecossistemas, prossegue Bartra (2009), bloqueia a agricultura industrial, por isso ela não consegue se estabelecer totalmente no campo, porque precisa uniformizar (serializar) os agroecossistemas. É a ecologia da atividade camponesa, uma ecologia agroecossistêmica diversa, heterogênea até para dar conta

de uma reprodução física, ambiental, social, cultural; o que não ocorre no caso da agricultura industrial: urbana, com máquinas, linhas de montagem, tecnologias convencionais, “Revolução Verde” e mais recentemente os transgênicos e a nanotecnologia. Só que como a agricultura industrial não consegue impor a monocultura para o campo inteiro, surgem as opções de agricultura familiar como forma de mediar a apropriação dos recursos naturais no campo.

A relação homem-natureza sofreu uma separação causada pela agroenergia, que provoca perda de biodiversidade, ou por qualquer forma de agricultura industrial, alerta Bartra (2009). Há uma aproximação do homem-natureza na atividade camponesa que não sofreu a perversão do mercado. A separação homem-natureza e a mediação do capital para essa revinculação ocorrem através da privatização da terra e uso de tecnologias intensificadoras da produção, no lugar dos saberes camponeses. Esse é o intuito da agricultura industrial, biotecnológica. É dessa forma que o capital busca restabelecer a vinculação do homem com a terra. A agricultura camponesa segue exatamente o caminho oposto: agricultura não intensiva, policultivadora, em torno da questão da soberania alimentar, saberes camponeses.

A agricultura que restitui nutrientes ao solo é agroecológica, própria da prática camponesa, que pratica o policultivo, consumo não concentrado no urbano, estabelecendo uma reaproximação entre agricultura e pecuária. O desequilíbrio metabólico se dá exatamente na não restituição de nutrientes ao solo. Bartra (2009) refere-se a essa agricultura como Agricultura Racional de Restituição. A agricultura capitalista, industrial, não restitui os nutrientes ao solo.

Bartra (2009) reconhece a existência de um campesinato contemporâneo. Ele fala em classe social camponesa, formada por indivíduos, famílias, comunidades, associações e redes. É o paradigma camponês, onde o camponês detém o controle formal e material sobre os processos produtivos agropecuários e artesanais, que o autor chama de utopia camponesa, que contém as “recordações do futuro”. Bartra (2009) esclarece que é nas origens camponesas que estão as formas que podem garantir a sobrevivência deles e ao mesmo tempo a resistência frente ao avanço do capital sobre os próprios camponeses enquanto grupo

e frente à possibilidade de sua dissolução, através da subordinação formal ou real ao capital. E quais armas têm os camponeses? A memória social ou memória biocultural, que é exatamente como Toledo (1991) chama essa relação sociedade-natureza da comunidade camponesa. Por isso eles têm “recordações do futuro”, na medida em que lançam mão, como estratégia, dessa memória biocultural. Esse paradigma camponês é denominado por Costa Neto (2009) como paradigma agroecossociológico.⁷

QUEM SÃO OS AGRICULTORES DO BREJAL? A REGIÃO DO BREJAL

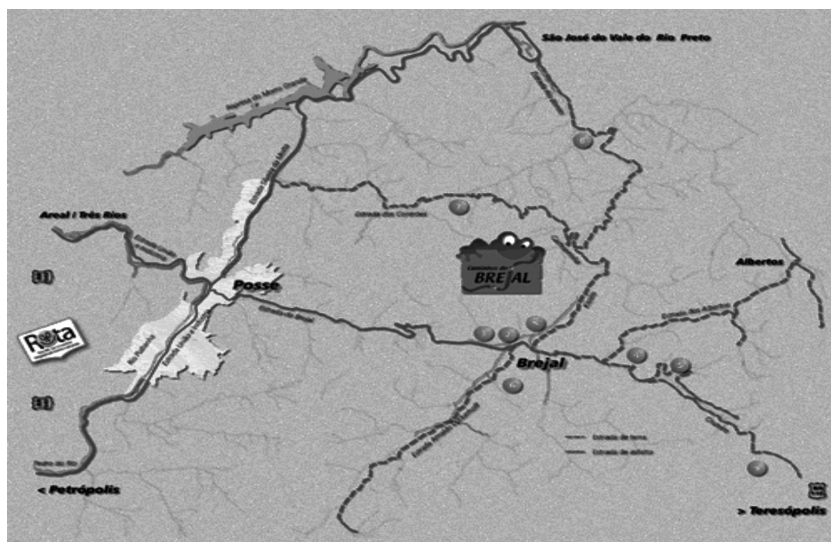
O Brejal é uma localidade rural do distrito da Posse, 5º distrito da cidade de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro. Está situada a mais de 100 metros de altitude, a 100 km do Rio de Janeiro, a 50 minutos do Centro Histórico e a 25 minutos de Itaipava, no extremo norte da Serra dos Órgãos. O distrito da Posse possui cerca de 8.000 habitantes. Para chegar lá é preciso percorrer a Estrada União Indústria, a antiga Rio-Petrópolis.

Trata-se de um importante centro de produção agrícola. Destaca-se pela variedade de produtos como legumes e verduras orgânicas, ervas-finas, café e peixes, criação de cavalos e artesanato. O circuito do ecoturismo rural está sendo reativado por um grupo local, inclusive algumas propriedades de agricultores familiares serão incluídas no circuito. O clima é ameno, a mata é exuberante e o Brejal possui grande variedade de pássaros, borboletas e animais silvestres. É um local tranquilo e preservado. A população local deseja que assim continue; os moradores estão mobilizados e agindo para que o Brejal cresça, mas em consonância com a consciência de preservar o meioambiente.

O Brejal possui várias microrregiões onde famílias produzem organicamente, há agricultores convencionais e propriedades

⁷ A sociologia agroecológica ou agroeco-sociologia “[...] justifica-se, a nosso ver, pela intenção de identificar a relação entre a noção de Agroecologia como desenvolvimento rural sustentável e abordagens sociológicas que incluam o tema em seu repertório analítico. Partimos do pressuposto pelo qual a agroeco-sociologia articula-se teoricamente em torno de vertentes sociológicas em formação, complementares entre si [...]” (Costa Neto, 2004:118).

MAPA 1
Localização da Região do Brejal



Fonte: fctp.petropolis.rj.gov.br

maiores. Nosso estudo abrange um núcleo de produção do Brejal que reúne 22 famílias organizadas em torno da produção agroecológica, estendendo-se pelos seguintes “braços de estrada” (como as pessoas de lá costuma chamar): Albertos, Cachoeirinha, Juriti, Grotão... Nossa atenção está focada nas seis famílias que moram e produzem no Vale dos Albertos.

A COONATURA – O COMEÇO DO TRABALHO

A Associação Harmonia Ambiental Coonatura, uma cooperativa mista de produtores e consumidores de alimentos naturais e orgânicos, nasceu em março de 1979, por iniciativa de um grupo de pessoas da cidade que buscava consumir produtos sem veneno. Esse grupo, através de um primeiro encontro na cidade do Rio de Janeiro, no dia 12 de março de 1979, e pequenas reuniões posteriores nas casas de membros do grupo e outros grandes encontros, iniciou o movimento “Por Uma Comida sem Veneno”, o qual deu origem à Coonatura. O nome do movimento –Por uma Comida

sem Veneno– sintetizava exatamente o desejo daquele grupo de aprender a plantar sem o uso de agrotóxicos com o objetivo de ter acesso ao alimento saudável. Foi isso que uniu todas aquelas pessoas. Para aprender a plantar, contudo, esse grupo precisava de terra. Foi nesse momento que entrou o que chamávamos na época de “Núcleo Rural da Coonatura”, que deu grande impulso à cooperativa, e, de fato, representou o próprio nascedouro da Coonatura, pois a vontade daquele grupo de jovens entusiastas era ter um alimento puro, sem o veneno dos adubos químicos.

Paulo Aguinaga foi um dos fundadores da cooperativa e atua até hoje ao lado dos agricultores do Brejal. Na época, Paulo largou a Faculdade de Agronomia porque queria aprender a plantar. O núcleo rural da Coonatura começou quando Paulo saiu de um encontro de comunidades no município de Visconde de Mauá, estado do Rio de Janeiro, em julho de 1980, decidido a procurar um lugar para plantar e, sem nada planejado, por um processo totalmente intuitivo, foi parar na casa do Sr. Elles Gonçalves, no Brejal, em Petrópolis, procurando terra. O Sr.Elles, como este mesmo conta, olhou nos olhos de Paulo e sentiu que ele era uma boa pessoa; confiou nele, oferecendo uma terra a ser arrendada de sua cunhada:

Paulo chegou aqui procurando um terreno pra arrendá, né Eu nunca tinha visto Paulo, era a primeira vez, eu olhei pra ele e é a tal e coisa que eu digo pra senhora, só no vê ele, eu achei que ele tava certo.

E aí eu disse assim pra ele: ‘O Paulo, eu tenho um terreno aí, que é da minha cunhada, que eu arrendei. Aí eu passo pra tu, depende dela querer. E aí ele foi lá tácom ela e concordou com ela.

Porque eu achei que ele precisava mais do que eu. Porque a gente tem por obrigação ajuda os mais novo.

Mas é uma coisa que a gente fica até pensando como é que foi aquilo. Aí sabe o que aconteceu depois? Ele trouxe os irmãos dele aqui, o pai ...

Paulo, como fato, eu considero ele como filho.

E aí ele trouxe o Irú praí e começou aí plantando as plantinha dele. Na época de exporta essas planta é que eles não tinha condução pra exporta isso.

Nascia assim o Sítio Semente, primeiro pedaço de terra da Coonatura. As primeiras verduras vinham em balaios, em bagageiro de ônibus, em quatro conduções: Brejal-Posse/Posse-Petrópolis/

Petrópolis-Rio/Rodoviária-Copacabana. Depois um veículo rural-willis foi comprada com o apoio de um associado e a quantidade de mercadorias a ser trazida para o Rio de Janeiro pôde ser aumentada e a produção ampliada. Em 1985, o Sítio Semente ficou pequeno e foi arrendado um novo sítio no Vale dos Albertos onde o trabalho continua até hoje. A produção no Vale dos Albertos aumentou bastante e foi preciso um caminhão para trazer as verduras para o Rio. Levi Gonçalves, filho do Sr. Elles, que está até hoje no Vale dos Albertos, morando e produzindo, fala um pouco desse começo:

Eu vim pra cá quando Paulo e Tuika me chamou. O Sítio Semente era o Iru, começou com Iru, né, Paulo, Néia, eu, né, depois nós arrumou esses que tem aqui, o Toninho, o Eduardo... Meu pai mandou laranja, banana, queijo de vaca, ele fazia queij o na época, queijo de cabra ...

Sr. Elles, com a sabedoria característica do agricultor camponês, afirma:

Porque a senhora sabe que é da roça que vem o alimento pra cidade.

Porque tem um ditado antigo que diz 'Quem planta tem, quem não planta, pedi vem'.

Porque é de pequeno que se chega a grande, porque a senhora não vê essa história de que Paulo começou, ele começou e já vai.

E se parar, pior. É o que eu falo sempre pra eles, tem de plantar, é plantando que se tem, não tem esse negócio de deu dinheiro, deu pouco, não deu dinheiro. Às vezes uma lavoura dá dinheiro e outra não. Tem de plantá.

O trabalho foi crescendo e desenvolvendo sempre o núcleo rural em consonância com o núcleo urbano, um trabalho complementando o outro, um dependendo do outro.

A BIOHORTAS – CONTINUANDO O TRABALHO

O tempo foi passando e a Coonatura, enquanto núcleo urbano, acabou se dissolvendo após passar por um período de derrocadas gradativas, o que se refletiu diretamente no Brejal. A estrutura do núcleo rural estava toda montada para o fornecimento da Coonatura. Era preciso mudar isso. Foi um momento de bastante desânimo no campo, bem crítico, pois passaram a ter lá as mesmas dificuldades que o núcleo da cidade estava tendo. Como iam comercializar seus

produtos? O grupo de agricultores do Brejal, que se organizou enquanto núcleo rural da Coonatura, em função de produzir para a cooperativa, conseguiu alcançar um grande volume de produção orgânica, mas agora não tinha mais aquele mercado certo para a venda. O que fazer?

Paulo Aguinaga, aquele rapaz que no final dos anos setenta largou a Faculdade de Agronomia para aprender a plantar e foi bater na porta do Sr. Elles procurando uma terra, era o responsável pelo trabalho direto com os agricultores do Brejal, dividindo seu tempo entre o Rio e Petrópolis, coordenando as atividades do núcleo rural e a coordenação geral da Coonatura. Era Paulo quem fazia junto com os agricultores as programações de plantio. É preciso ressaltar que o trabalho desenvolvido na Coonatura como um todo, que abrangia inclusive o núcleo rural, era um trabalho de forte cunho grupal, todas as decisões eram tomadas em conjunto, todas as questões resolvidas grupalmente. Paulo participava dos dois segmentos do grupo, fazendo a ponte campo-cidade, levando as questões de um núcleo ao outro. Havia momentos de integração, quando se dirigiam, em caravana, ao Vale dos Albertos para participar de atividades agrícolas diversas, o que acontecia com uma certa regularidade. E os agricultores também iam ao Rio com uma frequência determinada.

Quando a Coonatura estava em processo de dissolução, Paulo fixou residência definitiva em Petrópolis, mais precisamente no Brejal, com o objetivo de dedicar-se de forma integral ao trabalho com os agricultores. O trabalho grupal desenvolvido na época da Coonatura foi de grande valia. O grupo continuou com o mesmo sistema de organização, buscando resolver suas questões. Precisavam agora de novas fontes de escoamento para seus produtos. Precisavam se organizar juridicamente para fazer a distribuição dos produtos agrícolas. Paulo então fundou a Biohortas, uma microempresa destinada a distribuir e comercializar os produtos dos agricultores. Mudaram a estratégia de comercialização dos produtos, ampliando o leque de distribuição. Como Paulo diz, essa foi uma lição aprendida a partir dessa crise: "Não dá para colocar todos os ovos numa cesta só". Os contatos da época da cooperativa foram se ampliando e, graças à organização do grupo, foram conseguindo se reerguer e buscar novos clientes para seus produtos agrícolas. A chave do

trabalho é a programação de plantios, feita em conjunto com os agricultores e coordenada por Paulo.

O grupo manteve a mesma estrutura da Coonatura, programação de plantios, assistência técnica aos produtores, só que agora organizados em torno da Biohortas. Novos agricultores chegaram e ficaram, outros chegaram e não gostaram do sistema e saíram, mas o grupo cresceu. Houve nessa época uma aproximação grande com uma associação do município vizinho, São José do Rio Preto, a Horta Orgânica. O grupo do Brejal colocava parte de sua produção lá, onde era feita a embalagem e os produtos seguiam para supermercados do Rio de Janeiro. Mas depois de um tempo houve problemas de comercialização com os supermercados, pois, segundo Paulo, a relação não é justa: são feitas muitas exigências, os custos ficam muito altos, há muito desgaste na operação e a rentabilidade é baixa. Somou-se a isso o fato da Horta Orgânica ter deixado de repassar um volume considerável de dinheiro da venda de produtos aos agricultores do Brejal e Paulo arcou com os prejuízos. Decidiram então, em conjunto, parar de fornecer para essa associação. Paralelamente alguns clientes no Rio deixaram também de repassar dinheiro das vendas. Esse foi outro momento crítico vivido pelo grupo. Segundo Paulo, mais uma vez o que valeu foi tudo o que foi construído no tempo da Coonatura e mantido com a Biohortas, o espírito de grupo, a credibilidade, o diálogo, as decisões compartilhadas: “Se tivéssemos apenas uma relação comercial, o pessoal tinha parado de fornecer”.⁸

Eles investiram muito na formação do grupo e na capacitação dos agricultores, como já era feito na Coonatura. Hoje a assistência técnica já está bem menos intensa, pois a maioria dos produtores já está com uma bagagem muito boa de conhecimento. Há muitos membros com vinte e cinco anos e outros como o Levi Gonçalves, com trinta anos de associação. O que tem acontecido é justamente o contrário: há produtores procurando o grupo em busca de ensinamentos e saberes. Inclusive, não só os produtores conquistaram já essa bagagem técnica considerável, mas o próprio solo está mais equilibrado. Como sabemos, um dos objetivos da

⁸ “[...] o espírito de grupo, a credibilidade, o diálogo, as decisões compartilhadas” são características de organização social camponesa.

agricultura orgânica, na linha seguida pelo grupo, a agroecológica, é recuperar esse equilíbrio do ecossistema. Paulo conta que, atualmente, quando fazem análise do solo, os níveis de fósforo e nitrogênio estão muito bons e conclui que estão conseguindo com a prática orgânica manter a fertilidade do solo e recuperar o equilíbrio do sistema, não só do solo mas dos nutrientes, dos animais, dos micro-organismos, e que é o equilíbrio de tudo isso que garante a saúde da planta.⁹

Lembramo-nos aqui pertinentemente de Bartra (2009), quando afirma que a agricultura que restitui nutrientes ao solo é a agroecológica. O desequilíbrio metabólico se dá exatamente na não restituição dos nutrientes ao solo. E uma situação agrônomo-ecológica de restituição de nutrientes ao solo ocorre em função de uma organização social e cultural de vida, que é própria da prática camponesa. Estamos diante da clara evidência de que esse grupo de agricultores do Brejal é formado por agricultores familiares de base camponesa. Atualmente, o grupo conta com 22 famílias que moram e produzem na terra, espalhadas pelas regiões do Brejal: Vale dos Albertos, Cachoeirinha, Juriti, Grotão, Palmital, sozinhas ou em grupos de duas ou três famílias.

O VALE DOS ALBERTOS

O Vale dos Albertos, ou simplesmente Albertos, como é denominado popularmente, é a região com maior volume de produção do grupo de agricultores do Brejal, organizado em torno da Biohortas. São seis famílias de produtores que moram e produzem lá: Levi, Geraldo, Toninho, Paulinho, Elza e Antônio Paulo. A fazenda que eles ocupam lá foi arrendada de um juíz, que faleceu sem deixar herdeiros. Mas eis que surge uma filha adotiva, de cuja existência ninguém sabia. Começou então uma longa briga pela posse da terra, com boas chances de vitória para os agricultores do Brejal. O grupo sofreu pressões de todos os tipos, as quais somente foram ultrapassadas com muita articulação e organização. O grupo está bem preparado.

⁹ Agricultura orgânica, de base agroecológica, só pode se desenvolver em condições de organização social camponesa (em elevado grau de campesinidade do grupo social em questão).

Existe um projeto no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), iniciado por Paulo que deu entrada na documentação para desapropriar a terra, tornando a área uma fazenda-modelo, com um viés todo agroecológico, assentando essas famílias que já estão lá, em função de toda a história da terra e do grupo. Estão todos muito animados com a idéia de construir na área um assentamento agroecológico modelo. E isso interessou muito ao Incra, em função da visibilidade que o Estado do Rio de Janeiro possui. A fazenda em questão, na verdade, comporta mais famílias do que as seis que lá estão, e caso o Incra proceda a um projeto de assentamento, provavelmente outras famílias vão-se incorporar, mas, neste caso. Vão-se incorporar na produção orgânica, com essa orientação, vão entrar na estrutura que já está funcionando. Tudo de acordo com as planilhas de cálculo de suporte da terra.

Houve também uma aproximação grande com o pessoal técnico da Embrapa (Empresa Brasileira de Produção Agropecuária) Agrobiologia, de Seropédica, cidade da região metropolitana do Rio de Janeiro, em função de um projeto desenvolvido no ano passado pela Embrapa, que unia criação de pequenos animais (cabras e galinhas) com a produção orgânica de hortaliças. O projeto foi muito interessante em todos os sentidos, pela troca que se estabeleceu, pelo contato entre agricultores e técnicos, pela aproximação com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que possui sede em Seropédica. Isso vai ajudar no caso do projeto de assentamento do Incra, pois as planilhas deles não levam em conta o viés agroecológico. É onde então vai entrar a Embrapa Agrobiologia e a Universidade, todos para ajudar no cálculo das planilhas, colocando esse critério agroecológico, que considera e leva em conta todos os recursos da terra.

Quanto à questão da certificação orgânica, o grupo optou pelo modelo previsto na nova lei da certificação, aprovada em janeiro de 2010, que é o SPG, Sistema Participativo de Garantia, através do qual, os produtores reunidos em grupo, seguindo uma série de procedimentos, certificam-se a si mesmos. Tal critério acaba gerando uma troca interessantíssima entre os produtores, dando-lhes a oportunidade de serem protagonistas do próprio processo.

Esse grupo de agricultores que atua no Brejal aparentemente enquadra-se em uma definição do que poderíamos chamar de

agricultores familiares de base camponesa. São famílias que moram na terra e produzem segundo critérios agroecológicos.¹⁰ Evidentemente não praticam uma agricultura mecanizada, não utilizam adubos químicos ou venenos. Os membros das famílias estão praticamente todos envolvidos no trabalho agrícola. Sua geração de renda vem basicamente da atividade agrícola praticada dentro da propriedade. Essas famílias reproduzem materialmente a sua existência através do trabalho com a terra. Os vínculos que eles estabelecem com o mercado não é em absoluto mercantil. Lembramos aqui das palavras do Sr. Elles: “Preço de negociante é isso, o atravessador é que ganha, eles explora mesmo”.

Percebemos fortes traços de campesinidade nesses agricultores pela sua própria forma de vida, mesmo que a maioria não tenha a propriedade da terra: são meeiros, arrendatários, alguns poucos proprietários e o grupo do Vale dos Albertos está em vias de se tornar assentado pela reforma agrária.¹¹ Isso é importante de se mencionar, pois de acordo com González de Molina e Sevilla Gúzman (1991) a propriedade não é fator determinante para se caracterizar o camponês, o qual se configura muito mais como uma forma de vida.

O grupo do Brejal está envolvido em um projeto do Ministério de Desenvolvimento Social, o Projeto de Aquisição de Alimentos (PAA), desde 2009. O projeto foi feito em função de uma Associação de Produtores Orgânicos de Petrópolis (APOP); ele estabelece um teto por produtor, o qual deve apresentar um cronograma de produção, o dinheiro é liberado à medida que as entregas vão sendo feitas. É interessante porque trata-se de uma venda certa para o produtor. Segundo Paulo, o mercado é sempre o funil, o entrave é a comercialização. O grupo também está envolvido no programa da merenda escolar, transformado em lei no meio do ano passado, que determina que 30% da merenda escolar venham da agricultura familiar. Os agricultores do grupo estão regidos pelos critérios do PRONAF como agricultores familiares, todos têm o documento de aptidão ao PRONAF.

¹⁰ Neste sentido, os critérios agroecológicos (os princípios e técnicas) dependem da base camponesa e não o contrário.

¹¹ Os “Albertos” passariam a ser camponeses agroecológicos em assentamentos rurais.

CONCLUSÃO

Bartra (2009) fala em classe social camponesa formada por indivíduos, famílias, comunidades, associações. Os camponeses têm uma identidade com pertencimento ao coletivo. Constatamos isso nessa comunidade do Brejal. Existe uma consciência dessa questão social, não é só a melhoria de renda que o grupo busca. Para eles, a agricultura orgânica, dentro do viés ideológico que seguem não é só uma questão técnica, há a questão social da cidadania, do agricultor que pode crescer como indivíduo, melhorar de renda, melhorar não só a situação econômica, mas a situação de vida, ter mais conhecimento, saber trabalhar em grupo, interagir em grupo. Paulo acrescenta: “Queremos um alimento saudável sim, mas para todos”.

Voltando à nossa questão inicial, em função do que foi estudado e exposto, consideramos que esses agricultores do Brejal são agricultores familiares de base camponesa, com elevado grau de campesinidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramovay, Ricardo (2007), *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*, São Paulo, Edusp.
- (1992), *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*, São Paulo, HUCITEC/ANPOCS/Unicamp.
- Aguinaga, Paulo Pedrosa (2010), “Entrevista concedida a Denise M. Bloise”, Petrópolis, Brejal.
- Anjos, Flávio Sacco dos (2001), “Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas”, *Estudos Sociedade e Agricultura*, CPDA/UFRRJ, núm. 17, Rio de Janeiro, pp. 64-80.
- Bartra, Armando (2009), *El hombre de hierro. Límites sociales y naturales del capital*, México, UACM/UAM/Ítaca.
- Boise, Denise Martins (1992), “Coonatura: Uma Idéia Inovadora e Um Trabalho Transformador em Educação”, Dissertação (Mestrado em Educação), Rio de Janeiro, UERJ.
- Carneiro, Maria José (1999), “Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas”, em de Carvalho Costa, Luiz Flávio; Bruno, Regina y Moreira, Roberto José (comps), *Mundo rural e tempo presente*, Rio de Janeiro, Mauad, pp. 323-349.

- Carvalho, H.M. (2005), *O Campesinato no Século XXI. Possibilidades e condicionamentos do desenvolvimento do campesinato no Brasil*, Petrópolis, Vozes.
- Costa Neto, Canrobert (2010), "Territórios Camponeses: lugares, fluxos e redes", en Bruno, Regina, Río de Janeiro, EDUR.
- Costa Neto, Canrobert (2009), *O Lugar da Agricultura Familiar e do Campesinato na Sociologia Rural*, CPDA/UFRRJ, mimeo.
- Costa Neto, Canrobert (2007), "Diversidade social e tecnológica em unidades de produção familiar", en Eli Napoleão de Lima, *Mundo Rural IV*, Río de Janeiro, EDUR/MAUAD.
- Costa Neto, Canrobert (2004), "Discutindo referenciais para a construção de saberes sócio-ambientais. Sociologia e desenvolvimento rural sustentável: a alternativa agroeco-sociológica", en Canuto, João Carlos y Costabeber, José Antonio (comps.), *Agroecologia: conquistando a soberania alimentar*, Pelotas, EMATER/RS, EMBRAPA, pp. 117-128.
- Fernandes, Bernardo Mançano (2011), *Questão Agrária: Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial*, mimeo.
- Fukuoka, Masanobu (1985), *Agricultura Natural: Teoria e Prática da Filosofia Verde*, São Paulo, Nobel.
- Globo Rural. Saudável e produtivo: 30 de agosto de 2009 [<http://globoruraltv.globo.com/GRural/0,27062,LTO0-4370-336848-1,00.html>], fecha de consulta: 1 de febrero de 2010.
- Gómez, Sergio (2001), "¿Nueva ruralidad? Um aporte al debate", *Estudios Sociedade e Agricultura*, núm. 17, Río de Janeiro, CPDA/UFRRJ, pp. 5-32.
- (2008), *La "Nueva ruralidad" ¿Que tan nueva?*, Santiago, Grupo de Investigaciones Agrárias.
- González De Molina, Manuel e Sevilla Guzmán, Eduardo (1991), "Ecología, Campesinato e Historia. Para una Reinterpretación del Desarrollo del Capitalismo em la Agricultura", en Sevilla Guzmán, Eduardo y González De Molina, Manuel (comps.), *Ecología, Campesinato e Historia*, Madrid, La Piqueta.
- Graziano da Silva, José (1980), *O Que é Questão Agrária*, São Paulo, Brasiliense.
- Haesbaert, R. (2007), "Concepções de território para entender a desterritorialização", en Santos, Milton y Becker, Berta (comps.), *Território, territórios, ensaios sobre ordenamento territorial*, Río de Janeiro, Lamparina, pp. 43-71.
- Ianni, Octavio (2004), *A era do globalismo*, Río de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Lutemberger, José A. (1978), *Fim do Futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro*, Porto Alegre, Movimento/UFRGS.

- (1985), *Ecologia: Do Jardim ao Poder*, Porto Alegre, L&PM.
- Martinez Alier, Joan (1991), "Hacia una Historia Sócio-Ecológica", en Sevilla Guzmán, Eduardo y Gonzáles De Molina, Manuel (comps.), *Ecologia, campesinato e historia*, Madrid, La Piqueta.
- Raffestin, Claude (1993), *Por uma geografia do poder*, São Paulo, Ática.
- Schneider, Sérgio (2006), "Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso", en Froelich, José Marcos e Vivian Diesel, (comps.), *Desenvolvimento Rural: Tendências e Debates Contemporâneos*, Unijuí, Ijuí/RS, pp. 15-63.
- Sevilla Guzmán, E. y Gonzáles de Molina, M. (2005), *Sobre a evolução do conceito de campesinato*, São Paulo, Expressão Popular.
- Sevilla Guzmán, E. (2003), "El desarrollo rural de la "otra modernidad": elementos para recampesinizar la agricultura desde la agroecología", en Encina, Juan, *Praxis participativas desde el medio rural*, Construyendo ciudadanía/6, Madrid,, IEPALA Editorial CIMAS, pp. 17-52.
- Soares, João Paulo (s/f), *Sistemas Integrados de Produção Animal e de Hortaliças Orgânicas na Região Serrana do RJ*, Embrapa Agrobiologia [<http://www.cnpab.embrapa.br/publicacoes/artigos/producao-animal-hortalicas.html>], fecha de consulta: 1 de febrero de 2010
- Toledo, Víctor Manuel (1991), "La racionalidad ecológica de la producción campesina", en Sevilla Guzmán, Eduardo y Gonzáles De Molina, Manuel (comps.), *Ecologia, Campesinato e Historia*, Madrid, La Piqueta.
- Van der Ploeg, J.D. (2008), *Camponeses e impérios alimentares, lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*, Porto Alegre, UFRGS Editora.